

**BANCO DE LA NACION ARGENTINA -
SUCURSAL BRASIL**

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

BANCO DE LA NACION ARGENTINA - SUCURSAL BRASIL

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores do
Banco de La Nacion Argentina - Sucursal Brasil
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Banco de La Nacion Argentina - Sucursal Brasil** (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira o **Banco de La Nacion Argentina - Sucursal Brasil** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme destacado na nota explicativa n° 15b, o índice de imobilização apresentado em 31 de dezembro de 2016 está 4,9% superior ao limite máximo regulamentar de 50% do Patrimônio de Referência, conforme determinado pela Resolução do Conselho Monetário Nacional n° 2.669/99, totalizando assim 54,9%. Nossa opinião não está ressalvada em decorrência desse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2017.



BDO RCS Auditores Independentes
CRC 2SP 013846/O-1


Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASIL)

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Ativo	2016		2015		Passivo e patrimônio líquido	2016		2015	
Ativo circulante		98.967		146.969	Passivo circulante		87.350		127.167
Disponibilidades	4	3.995		8.402	Depósitos		6.026		4.100
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	13.401		15.299	Depósitos a vista		1.298		1.836
Aplicações em operações compromissadas		13.401		15.299	Depósitos a prazo		3.393		1.002
Relações interfinanceiras		196		265	Depósitos em moedas estrangeiras		1.335		1.262
Depósitos no Banco Central		196		265	Relações Interdependências		2.798		1.276
Operações de crédito		13.111		31.645	Recursos em trânsito de terceiros		2.798		1.276
Operações de crédito - setor privado		13.156		31.777	Obrigações por empréstimos e repasses		77.634		120.918
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(45)		(132)	Empréstimos no exterior	9 e 14.a	77.634		120.918
Outros créditos		68.263		91.354	Outras obrigações		892		873
Carteira de câmbio	8	66.461		90.099	Cobranças e arrecadação de tributos e assemelhados	10	2		15
Diversos (TCR)		1.804		1.274	Fiscais e previdenciárias		75		70
(Provisão para outros créditos)		(2)		(19)	Diversas	10	815		788
Outros valores e bens		1		4	Exigível a longo Prazo		1.204		2.598
Despesas antecipadas		1		4	Obrigações por empréstimos e repasses		-		997
Realizável a longo prazo		3.315		1.164	Empréstimos no exterior		-		997
Títulos e valores mobiliários	6	3.286		-	Outras Obrigações		1.204		1.601
Carteira própria		2.582		-	Fiscais e previdenciárias		1.107		1.173
Vinculados a prestação de garantia		704		-	Provisões para Contingência	11	97		428
Operações de crédito		29		1.074	Patrimônio líquido		30.438		34.758
Operações de crédito - setor privado		30		1.079	Capital:				
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(1)		(5)	De domiciliados no exterior	13	40.382		40.382
Outros Créditos		-		90	Reserva de reavaliação		13.221		13.266
Diversos		-		301	Reserva para contingências		523		523
Títulos de Créditos a Receber		387		301	Lucros ou prejuízos acumulados		(23.688)		(19.413)
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(387)		(211)					
Ativo permanente		16.710		16.390					
Investimentos		-		1					
Outros investimentos		-		1					
Imobilizado de Uso	15.b	16.710		16.389					
Imóveis de uso		24.478		24.478					
Outras imobilizações de uso		2.581		2.066					
(Depreciações acumuladas)		(10.349)		(10.155)					
Total do ativo		118.992		164.523	Total do passivo		118.992		164.523

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASIL)

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

	Semestre findo em 31/12/2016	Exercício findo em 2016	Exercício findo em 2015
Receitas da intermediação financeira	3.637	6.518	6.905
Operações de crédito	715	1.548	1.800
Rendas de aplicação interfinanceiras de liquidez	979	2.014	2.673
Resultado de títulos e valores mobiliários	210	293	-
Resultado de câmbio	1.733	2.663	2.431
Despesas da intermediação financeira	(1.332)	(2.640)	(2.673)
Operações de captação no mercado	(178)	(304)	(77)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(975)	(2.257)	(2.041)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(178)	(78)	(556)
Resultado bruto da intermediação financeira	2.305	3.878	4.232
Outras receitas (despesas) operacionais	(5.001)	(8.767)	(9.001)
Receitas de prestação de serviços	37	398	209
Despesas de pessoal	(3.110)	(5.369)	(6.354)
Outras despesas administrativas	(1.821)	(3.275)	(3.086)
Despesas tributárias	(218)	(418)	(424)
Outras receitas operacionais	304	398	739
Outras despesas operacionais	(194)	(502)	(85)
Resultado operacional	(2.696)	(4.889)	(4.769)
Resultado não operacional	290	503	414
Prejuízo do semestre/exercício	(2.406)	(4.386)	(4.354)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASIL)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	Capital Social realizado	Reservas de reavaliação	Reservas para contingências	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 30 de junho de 2016	40.382	13.258	523	(21.344)	32.819
Aumento de capital	-	-	-	-	-
Reservas de capital	-	-	-	-	-
Reservas de atualização de títulos	-	-	-	-	-
Reservas de reavaliação	-	(37)	-	62	25
Lucro do semestre	-	-	-	(2.406)	(2.406)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	40.382	13.221	523	(23.688)	30.438
Variação no semestre	-	(37)	-	(2.344)	(2.381)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	40.382	13.266	523	(19.413)	34.758
Aumento de capital	-	-	-	-	-
Reservas de capital	-	-	-	-	-
Reservas de atualização de títulos	-	-	-	-	-
Reservas de reavaliação	-	(45)	-	111	66
Resultado do exercício	-	-	-	(4.386)	(4.386)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	40.382	13.221	523	(23.688)	30.438
Variação no exercício	-	(45)	-	(4.275)	(4.320)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	40.382	13.366	523	(15.189)	39.082
Aumento de capital	-	-	-	-	-
Reservas de capital	-	-	-	-	-
Reservas de atualização de títulos	-	-	-	-	-
Reservas de reavaliação	-	(100)	-	130	30
Resultado do exercício	-	-	-	(4.354)	(4.354)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	40.382	13.266	523	(19.413)	34.758
Variação no exercício	-	(100)	-	(4.224)	(4.324)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASIL)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

	Semestre findo em 31/12/2016	Exercício findo em 2016	Exercício findo em 2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo ajustado	(2.242)	(4.253)	(3.560)
Prejuízo do semestre/exercício	(2.406)	(4.386)	(4.354)
Ajustes:			
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	(210)	(293)	-
Depreciação e amortização	171	282	208
Reversão de reserva	25	66	30
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	178	78	556
(Aumento)Diminuição nos subgrupos do ativos operacionais	24.454	39.760	(37.796)
Tiitulos e Valores mobiliarios	-	(2.993)	-
Relações interfinanceiras	42	69	417
Operações créditos	1.981	19.501	(15.071)
Outros créditos	22.406	23.180	(23.138)
Outros valores e bens	25	3	(4)
(Aumento)Diminuição nos subgrupos do passivos operacionais	(21.742)	(41.211)	30.267
Depósitos	(54)	1.926	1.984
Relações interfinanceiras	(7)	-	-
Relações interdependência	1.941	1.522	(1.801)
Obrigaçõespor empréstimos e repasses	(22.415)	(44.281)	41.208
Outras obrigações	(1.207)	(378)	(10.747)
Provisão para contingências	-	-	(377)
Caixa liquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	470	(5.704)	(11.089)
Aquisição de Ativo Imobilizado	(487)	(601)	(110)
Caixa Líquido aplicado nas atividades de investimento	(487)	(601)	(110)
Redução do caixa e equivalente de caixa	(17)	(6.305)	(11.199)
Modoficações na posição financeira			
Caixa e equivalente de caixa			
No início do período	17.413	23.701	34.900
No final do período	17.396	17.396	23.701
Redução do caixa e equivalente de caixa	(17)	(6.305)	(11.199)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASILEIRA)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Banco de La Nación Argentina (Sucursal Brasil) tem como objetivo a prática de operações e serviços permitidos aos bancos comerciais, aos bancos de investimento e às sociedades de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e normas do Banco Central do Brasil - BACEN, notadamente operações de fomento ao comércio exterior.

O Banco é uma sucursal do Banco de La Nación Argentina, Instituição Oficial da República Argentina, autorizada a funcionar no Brasil, de acordo com o Decreto nº 46.186, de 11 de junho de 1959.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que foram aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) e estão consubstanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Na elaboração das demonstrações contábeis são utilizadas, quando aplicável, estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos, de outras provisões e sobre a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

A autorização para conclusão das demonstrações contábeis foi dada pela Administração em 17 de fevereiro de 2017.

3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência que estabelece as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “pro rata dia”. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa, determinações de provisões para Imposto de Renda e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente.

c. Disponibilidade

São representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira.

d. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)**

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

f. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068 de 08 de novembro de 2001 e regulamentação complementar em 30 de junho de 2002, os títulos e valores mobiliários passaram a ser classificados conforme a intenção da Administração em três categorias específicas: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento.

g. Operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa.

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

- A atualização destas operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em “Receita” e a partir do 60º dia em “Rendas a apropriar”, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas;
- As operações em atraso classificadas como nível “H” permanece nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais;
- As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco;

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)**

- A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e levam em conta às normas e instruções do CMN e BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h. Despesas antecipadas

Representadas basicamente por despesas de seguros.

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. Conseqüentemente são registradas no ativo, considerando o princípio da competência.

i. Ativo permanente

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo (corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995), sendo a depreciação efetuada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

O ativo diferido está representado por desenvolvimentos logiciais e gastos com instalação e adaptação de dependência que são amortizados em 5 e 10 anos, respectivamente. As regras contábeis vigentes não admitem, a partir de janeiro de 2009, o registro contábil de novas adições no diferido, facultando a permanência dos saldos existentes naquela data até sua efetiva baixa, conforme Carta Circular nº 3.357/08 e Resolução nº 3.617/08 do BACEN.

j. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Nenhuma perda por *impairment* foi reconhecida no resultado do período.

k. Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades.

l. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações em moeda estrangeira estão registradas em valor presente, incorporando os encargos incorridos até a data do balanço e atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

m. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As contingências ativas e passivas e obrigações legais - fiscais e previdenciárias são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN:

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;
- **Passivos contingentes:** São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação;
- **Obrigações legais - fiscais e previdenciárias:** refere-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (impostos e contribuições). Estão reconhecidos e provisionados, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

n. Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda e contribuição social do período é calculada com base na alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil por ano (R\$ 120 no semestre) para imposto de renda e 20% para contribuição social.

o. Outros ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo.

São apresentados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos auferidos até a data do balanço.

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASILEIRA)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

	2016	2015
Disponibilidades	3.995	8.402
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (operações compromissadas)	13.401	15.299
	<u>17.396</u>	<u>23.701</u>

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estavam assim compostas:

<u>Operações compromissadas - posição bancada</u>	2016	2015
<u>Até 360 dias</u>		
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	13.401	15.299
	<u>13.401</u>	<u>15.299</u>

6. Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão classificados como “títulos mantidos até o vencimento”, demonstrados abaixo o valor de custo, de mercado e classificação por vencimento:

	<u>Vencimento</u>	2016		2015	
		<u>Valor do custo</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor do custo</u>	<u>Valor de mercado</u>
Longo Prazo		3.007	3.286	-	-
Carteira Própria		3.007	3.286	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	01/03/2021	3.007	3.286	-	-
Total		<u>3.007</u>	<u>3.286</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASILEIRA)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)**

7. Operações de crédito

a. Distribuição das operações por faixa de vencimento

Operações de crédito	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Empréstimos e títulos descontados	65	30	95
Financiamentos em moeda estrangeira	13.091	-	13.091
Adiantamentos s/ contratos de cambio	49.249	-	49.249
Títulos de crédito a receber	79	645	724
	62.484	675	63.159
 Provisões p/ Crédito de Liquidação Duvidosa	 125	 311	 436
Total em 31 de dezembro de 2016	62.359	364	62.723
Total em 31 de dezembro de 2015	90.328	1.164	91.492

b. Classificação das operações nos níveis de risco

Nível de risco	Percentual de provisão %	2016		2015	
		Total das operações	PCLD	Total das operações	PCLD
AA	-	53.039	-	67.144	-
A	0,5	9.732	49	21.299	106
B	1,0	-	-	3.087	31
D	10,0	-	-	-	-
F	50,0	-	-	-	-
G	70,00	-	-	330	231
H	100,0	387	387	-	-
		63.159	436	91.860	(368)

c. Distribuição das operações por atividade econômica

Atividade econômica	Total das operações	
	2016	2015
Setor privado:		
Indústria	63.064	80.656
Comércio	-	11.075
Pessoas físicas	95	126
	63.159	91.860

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASILEIRA)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

d. Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento das operações

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Parcelas a vencer		
Até 360 dias	62.850	90.193
Acima de 360 dias	309	301
	<u>63.159</u>	<u>90.494</u>
Parcelas vencidas		
De 01 a 90 dias	-	1.366
De 91 a 180 dias	309	-
	<u>63.159</u>	<u>91.860</u>

e. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa apresentou as seguintes movimentações durante nos semestres findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo inicial	(368)	(288)
Constituições/(reversões)	(68)	(80)
Baixas para prejuízo	-	-
Saldo final	<u>(436)</u>	<u>(368)</u>

8. Carteira de câmbio

Ativo	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Câmbio comprado a liquidar	65.590	89.206
Outros	871	893
Total	<u>66.461</u>	<u>90.099</u>

9. Obrigações em moeda estrangeira

Os empréstimos e captações efetuados junto a outras Filiais do Banco de la Nación Argentina no exterior, principalmente nos Estados Unidos, Panamá e Madri, em função da competitividade das taxas. Os saldos das operações no período são:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Em moeda estrangeira (US\$)	76.805	114.726
Taxa de conversão do dólar	3,26	3,9042
Em moeda estrangeira (EUR)	829	7.189
Taxa de conversão do euro	3,44	4,2482
Em moeda nacional	<u>77.634</u>	<u>121.915</u>
Até 360 dias	77.634	120.918
Acima de 360 dias	-	997

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASILEIRA)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

10. Outras obrigações - diversas

	2016	2015
Provisão para pagamentos a efetuar	814	788
Credores diversos - país	2	15
	816	803

11. Contingências

O Banco, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está provisionado o montante de R\$ 51, o qual, segundo a Administração, suportada na opinião de seus assessores legais levantada em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, são suficientes para fazer a face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Nas datas das demonstrações contábeis, o Banco apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Depósitos Judiciais		Provisões para Contingências	
	2016	2015	2016	2015
Trabalhistas e Previdenciárias	17	17	51	287
Tributária	1.262	1.115	46	141
	1.279	1.132	97	428

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço patrimonial consolidado.

O Banco tem ações de naturezas tributárias e cível, envolvendo riscos de perda classificadas pela Administração como possível (com base na avaliação de seus assessores legais) para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2016	2015
Cível	407	409
Tributária	16	16
	423	425

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASILEIRA)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

12. Imposto de Renda e Contribuição Social

A demonstração do cálculo dos encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social é a seguinte.

IRPJ e CSLL	31/12/2016	31/12/2015
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.386)	(4.354)
Adições	590	3.123
Provisões indedutíveis	590	3.123
Exclusões	807	3.562
Outras exclusões	807	3.562
Resultado antes das compensações	(4.603)	(4.793)

13. Patrimônio Líquido

a. Capital social

As instituições financeiras estrangeiras devem registrar o capital estrangeiro investido e os lucros capitalizados no Banco Central do Brasil, para que possam remeter dividendos sobre esse capital ao exterior, bem como para repatriação de capital. O Banco tem investimentos registrados em capital estrangeiro no valor de US\$ 24.248 mil. O capital social do Banco de La Nación Argentina no Brasil monta R\$ 40.382 mil.

b. Reserva de reavaliação - reavaliação de imóveis.

O Banco procedeu à reavaliação de imóveis de uso no exercício de 2004, com base em laudo emitido por peritos avaliadores credenciados, aprovados pela Administração. A reavaliação foi registrada na forma requerida pela Circular BACEN nº 2.824/98. A Administração do Banco decidiu manter a reavaliação até sua realização, cujo registro está efetuado líquido dos efeitos tributários.

14. Partes relacionadas

a. Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o saldo resultante de operações com outras sucursais no exterior, efetuadas em condições normais de mercado, eram o seguinte:

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASILEIRA)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

	2016	2015
Ativo		
Disponibilidades em moedas estrangeiras	3.890	8.135
	<u>3.890</u>	<u>8.135</u>
Passivo		
Empréstimos no exterior	77.634	121.915
	<u>77.634</u>	<u>121.915</u>

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

As remunerações do pessoal-chave da Administração são realizadas pelo Banco de La Nacion Argentina - Casa Central situada na Argentina. Dessa forma não existiram desembolsos financeiros da Sucursal Brasil nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

15. Limites operacionais - índices da Basileia

a. Patrimônio de referencia exigido (PRE)

O Banco Central do Brasil (BACEN), por meio da Resolução nº 4193/13 e Circular nº 3.678/13, a apuração do patrimônio de Referencia Exigido (PRE). O índice da Basileia para 31 de dezembro de 2016 é de 22,49% (em 31 de dezembro de 2015 era de 16,03%) e o quadro a seguir demonstra a apuração do PRE pela nova forma de cálculo:

	2016	2015
PR - Patrimônio de Referência Nível 1	30.437	34.757
RWAcpad - Risco de Crédito	111.688	160.561
RWAOPAD - Risco Operacional	7.441	6.946
RWACAM - Risco de câmbio	9.600	49.264
RWA	<u>128.729</u>	<u>216.771</u>
RBAN -Risco <i>Banking</i>	52	34
Margem de patrimônio em relação ao limite	<u>23.153</u>	<u>25.003</u>

b. Limite de imobilização

Indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência - PR com o ativo permanente imobilizado. O índice para 31 de dezembro de 2016 é de 54,90% (em 31 de dezembro de 2015 era de 47,15%) e o quadro a seguir demonstra a apuração:

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASILEIRA)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Patrimônio de Referência - PR	30.437	34.757
Limite máximo permitido - 50%	15.218	17.379
(-) Ativo permanente	(16.710)	(16.390)
Margem	<u>(1.492)</u>	<u>989</u>

O índice de imobilização apresentado em 31 de dezembro de 2016 está 4,9% superior ao limite máximo regulamentar de 50%, conforme determinado pela Resolução nº 2.669/99. Este índice indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência (PR) em relação ao ativo permanente imobilizado, conforme a Resolução nº 2.283/96 e a Resolução nº 4.193/13, estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. A regularização do limite de imobilização se dará durante o 1º semestre de 2017, em decorrência do aumento de capital, conforme destacado na nota explicativa nº 19.

16. Gestão de risco

A Política do Banco de La Nación Argentina é composta de metodologias, procedimentos e instrumentos utilizados para garantir a eficiência e a eficácia dos processos internos de gerenciamento dos riscos, observando o perfil de atuação e a complexidade dos negócios do Banco.

As diretrizes seguem as regras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e da Casa Central Argentina, os relatórios são divulgados Por meio do site na internet www.bnabr.com.br.

a. Risco operacional

A política de risco operacional do Banco tem como objetivo definir diretrizes para a implantação e disseminação da cultura para gestão do risco operacional, em todos os níveis do Banco, estabelecendo papéis e obrigações para cumprir os objetivos traçados pela Administração.

Em 26 de junho de 2004, foi publicado o novo acordo da Basiléia (II), contendo a exigência de alocação de capital para o risco operacional, conforme a Resolução nº 3.380, emitida pelo Banco Central do Brasil (BACEN), seguindo as diretrizes estabelecidas pelo CMN, em 29 de junho de 2006, teve como definição à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O gerenciamento de risco operacional deve prever:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)**

- Identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional;
- Documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco operacional;
- Elaboração, com periodicidade mínima anual, de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional;
- Realização, com periodicidade mínima anual, de testes de avaliação dos sistemas de controle de riscos operacionais implementados;
- Elaboração e disseminação da política de gerenciamento de risco operacional ao pessoal da Instituição, em seus diversos níveis, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como as dos prestadores de serviços terceirizados;
- Existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes de risco operacional;
- Implementação, manutenção e divulgação de processo estruturado de comunicação e informação.

b. Risco mercado

Com o objetivo de criar uma estrutura compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços e atividades de investimento e, sendo definido como risco de mercado com a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha na medição e nas políticas de investimento da Instituição, esta definição inclui o risco associado à inadequação ou deficiência nos processos decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição ao respeito da atuação no mercado financeiro, a Administração formalizou os parâmetros, políticas, princípios e ações a serem implementadas mediante a Resolução da Administração nº 31/2008, que instituiu a estrutura e a política de gerenciamento de risco de mercado.

A Resolução indica que a Política de Administração de Ativos financeiros e Risco de Mercado será definida em conjunto pela Casa Matriz e a Administração, instruindo políticas de investimento, *funding*, e limites de colocações por ativos e instituições. Detalha também a avaliação contínua do mercado e o sistema de comunicação entre operadores e Administração.

Para o correto acompanhamento do mercado o Banco adquiriu um sistema de informação financeira para apuração do risco de carteira.

A citada Resolução define a estrutura de organização e responsabilidade.

A auditoria interna do Banco controla com periodicidade anual a estrutura e a política de gerenciamento de risco de mercado.

c. Risco de crédito

A gestão dos riscos de crédito do Banco envolve: o conhecimento prévio e profundo do cliente, a coleta de documentação e de informações necessárias para a análise completa do risco envolvido na operação, a classificação do grau de risco, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco, a determinação das garantias e dos níveis de provisões necessárias. Também são levados em consideração, as condições de mercado, os perfis dos clientes, seu histórico de desempenho junto ao Banco e perspectivas econômicas.

17. Garantias prestadas

As garantias por fianças e avais prestados montam R\$ 12.566, em 31 de dezembro de 2016 (em 31 de dezembro de 2015 foram R\$ 21.298). O total da provisão passiva para garantias financeiras prestadas apurada em 31 de dezembro de 2016, era de R\$ 3.

18. Seguros

O Banco adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

19. Eventos subsequentes

Aumento de capital

Em 01 de Fevereiro de 2017 foi realizado aumento de capital no valor total de US\$ 2.000 equivalentes a R\$ 6.229, e a emissão da aprovação das modificações com consolidação do Regulamento Interno de Funcionamento das Sucursais no Brasil do Banco de la Nación Argentina. O aumento de capital encontra-se em processo de homologação pelo Banco Central do Brasil.

Hugo Pablo Torretta
Diretor Geral

Alice de L. C. A. dos Santos
Contadora CRC n° 1SP 234.934/0-6